

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO
INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EXTERNOS (AFET) DO
PARLAMENTO EUROPEU (PE)**

Bruxelas, 2 de dezembro de 2020

Delegação:

- Deputado António Cunha (PSD) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputada Lara Martinho (PS) – Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A assessoria foi prestada por Bruno Dias Pinheiro, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia e pela Elodie Rocha e Gonçalo Sousa Pereira da Comissão dos Assuntos Europeus.

Da [agenda](#) da reunião, constavam os seguintes pontos:

- Boas-vindas e declarações de abertura pelo Presidente da Comissão de Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu (PE) Sr. David McAllister

David McAllister, declarou aberta a reunião interparlamentar, que se realizou em formato virtual, dando as boas vindas a todos os participantes. Informou que a reunião teria duas partes, a primeira dedicada aos Balcãs Ocidentais e aos Acordos de Dayton e a segunda sobre a situação da Bielorrússia, fornecendo aos participantes algumas informações técnicas.

- Balcãs Ocidentais: 25 depois dos Acordos de Dayton

Josep Borrel, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Alto-Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, participou nesta reunião através de uma mensagem de vídeo, destacando a importância dos vinte cinco anos dos Acordo de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

Dayton, por terem posto um fim à guerra e ao genocídio de mais de cem mil pessoas e mais de um milhão de refugiados. Mencionou a premência de continuar com o processo de reconciliação, realçando que a Bósnia-Herzegovina tinha evoluído na construção de um sistema democrático, mas era ainda necessário que os responsáveis políticos adotassem as reformas elencadas pela União Europeia, nomeadamente quanto ao Estado de Direito. Evidenciou que a União Europeia apenas ficaria completa com a integração dos Balcãs Ocidentais e que, para esta região, a UE era o maior parceiro económico, oferecendo não só orientação como apoio financeiro.

Olivér Várhelyi, Representante Especial da UE para o Diálogo Belgrado-Pristina e outros assuntos relacionados com a região dos Balcãs Ocidentais, iniciou a sua intervenção reiterando que os Balcãs Ocidentais deveriam pertencer à UE o mais breve possível, estando a UE disponível para ajudar nas reformas necessárias. Referiu que os Acordos de Dayton foram um marco importante, acelerando este processo, por considerarem a região estratégica para a estabilidade e liberdade da Europa. Mencionou que a Bósnia-Herzegovina se tinha candidatado à UE em 2016 e que em 2019 a Comissão tinha elencado as 14 prioridades necessárias para se prosseguir com as negociações para a sua adesão à EU. Evidenciou que a cooperação regional e a boa vizinhança eram essenciais, realçando o diálogo entre a Sérvia e o Kosovo, facilitado pelo árduo trabalho do Alto Representante Miroslav Lajčák, bem como a convergência das economias dos Balcãs Ocidentais com as da UE, reduzindo o desfazamento socioeconómico, procurando uma economia resiliente e estável que auxilia no processo de integração e razão pela qual a atual Comissão aprovou um plano financeiro para dinamizar a economia da região. Referiu que o objetivo deste pacote financeiro era igualmente criar um mercado comum, facilitando a circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os países da região, criando assim um mercado atrativo e competitivo para investidores internacionais.

Miroslav Lajčák, Representante Especial da UE para o Diálogo Belgrado-Pristina e outros assuntos relacionados com a região dos Balcãs Ocidentais, realçou que os líderes europeus em 2003, em Salónica, declararam que o futuro dos Balcãs Ocidentais era na UE, tendo o mesmo sido reiterado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reiterado no discurso sobre o Estado da União. Referiu-se aos países em negociação para adesão (Montenegro e Sérvia), aos que foram convidados a iniciar



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

negociações (Albânia e Macedónia do Norte) e aos que ainda não as iniciaram (a Bósnia-Herzegovina e Kosovo). Mencionou o investimento da UE na região por ser estrategicamente importante para manter boas relações de vizinhança, embora enfrentando obstáculos, destacando a grande dinâmica política em 2020 na região fruto de várias eleições, com questões relativas ao passado político ainda presentes. Mencionou ainda, como obstáculos, o interesse estratégico na região por parte de outros intervenientes globais, e apresentou dois desafios relevantes a ter em conta: a normalização das relações entre o Kosovo e a Sérvia e a situação na Bósnia-Herzegovina. Sobre o Diálogo Belgrado-Pristina, considerou que a normalização das relações entre estes países seria crucial para o caminho europeu da região.

Marko Prelec, analista do *International Crisis Group*, iniciou a sua intervenção referindo que a Bósnia-Herzegovina tinha sido o foco de trabalho desta organização por vários anos, identificando um cenário de destruição no pós-guerra, mas que atualmente estava em paz e num processo de reconstrução. Referiu-se à evolução do país ao apoio da comunidade internacional, bem como às reservas quanto à estabilidade do país pelo desacordo da população com a estrutura constitucional e política adotada. Destacou o crescimento de movimentos apoiantes dos líderes responsáveis pelo genocídio e apologistas do nacionalismo e da xenofobia, bem como a importância de estabilizar as fundações da Bósnia-Herzegovina, alterando os acordos de Dayton ou adotar uma nova constituição. Referiu que, para a UE, o foco estava na preparação das instituições da Bósnia-Herzegovina para assumirem o papel de Estado-Membro da União, mas seria necessário resolver o problema de identidade nacional da população, defendendo que a melhor solução para o país seria um estado federal, dividido por territórios, para dar voz aos principais grupos que compõem o país, não excluindo nenhuma comunidade ou cidadão. Concluindo, referiu que a disputa da independência do Kosovo era a questão mais perigosa para a região por incentivar a intolerância, sendo a única zona na região onde ainda era necessário manter uma força de manutenção de paz, realçando que a necessidade de alcançar um acordo compreensivo entre as partes.

No período de debate que se seguiu, vários oradores referiram que era essencial colocar fim às disputas na região e reconciliar o país, concretizando-se as reformas necessárias para se alcançar a paz e a prosperidade (Paulo Rangel – PE, Hajdari Rudina – Albânia, Tonino Picula – PE, Antonio Gutiérrez – Espanha, Ilhan Kyuchyuk – PE, Monika



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

Gregorcic – **Eslovénia**, Tineke Strik – **PE**, Mimi Kodheli – **Albânia**); era preciso acelerar as negociações e monitorizar os processos de adesão à UE, tendo sido destacado que a proposta de dar incentivos seria o caminho a seguir, nomeadamente a participação em programas europeus, pois era importante que os países candidatos estivessem envolvidos nas políticas europeias, tendo sido ainda referido que o alargamento da União aos Balcãs Ocidentais era importante para a estabilidade da região, destacando-se que o acesso à UE era um incentivo positivo para os países da região (Zsolt Németh – **Hungria**, Konstantinos Gioulekas – **Grécia**, Piero Fassino – **Itália**, Marián Kéry – **Eslováquia**, Witold Jan Waszczykowski – **PE**, Dario Stefano – **Itália**, Stelios Kouloglou – **PE**, Fabio Massimo Castaldo – **PE**, Radu Mihail – **Roménia**, Reinhold Lopatka – **Áustria**); a criação de um mercado único para região era um caminho certo para intensificar a cooperação e conetividade entre os países dos Balcãs e para abrir o investimento na região criando uma democracia comum, bem como seria um catalisador para a integração da região na EU (Antonio Gutiérrez – **Espanha**, Mimi Kodheli – **Albânia**, Dušica Stojkovic – **Sérvia**); uma presença da EU na região poderia evitar uma presença mais ativa de outros intervenientes internacionais como a Rússia, a China e a Turquia (Monika Gregorcic – **Eslovénia**, Piero Fassino – **Itália**); por fim, questionaram como se podia resolver a questão das várias comunidades étnicas na Bósnia-Herzegovina e garantir o Estado de Direito e da Democracia no país, destacando como um problema a elevada emigração existente no país (Thierry Mariani – **PE**, Željana Zovko - **PE**, Konstantinos Gioulekas – **Grécia**).

Em resposta, o **Comissário** referiu que das várias intervenções identificou quatro perguntas suscitadas. A primeira era sobre a reforma da constituição para que a Bósnia-Herzegovina pudesse ser um novo Estado Membro sobre a qual esclareceu que era já uma das catorze prioridades identificadas pela Comissão, clarificando que não caberia à Comissão Europeia definir em que termos deveriam ser feitas essas reformas, teria de ser a comunidade local a avançar com esses trabalhos. Sobre a questão da reestruturação do Estado de Direito e da luta contra a corrupção, referiu que estavam igualmente nas catorze prioridades, sendo necessário avançar com maior rapidez, principalmente no combate à corrupção. Quanto às questões da Albânia e da Macedónia do Norte, informou que estavam a tentar obter decisões o mais breve possível juntamente com a presidência alemã, aproveitando para apelar aos dois parlamentos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

presentes para a cooperação, nomeadamente, que a Macedónia do Norte deveria tentar resolver as questões suscitadas pela Bulgária.

O Representante Especial da UE, **Miroslav Lajcák**, em resposta às questões suscitadas, esclareceu que no âmbito do Diálogo Belgrado-Pristina, estavam a trabalhar num compromisso vinculativo entre as partes, não só nas questões das compensações financeiras, mas também noutros tópicos, não sendo esquecido o que já tinha sido acordado, havendo uma monitorização do que estava ser acordado. Relativamente à Bósnia-Herzegovina, a comunidade internacional estava a tentar ser útil em resolver os problemas, mas existia um grande problema que precisava de ser resolvido, nomeadamente, que tipo de Estado era a Bósnia-Herzegovina e que tipo de Estado se pretendia para a Bósnia-Herzegovina.

Por fim, **Marko Prelec**, em resposta às questões colocadas pelos Deputados, referiu que a questão sobre a agenda da reforma constitucional era de facto ambiciosa, mas trabalhando em conjunto era possível. Quanto à questão de como implementar estas soluções, referiu que seria preciso colocar na agenda e lembrar os atuais líderes políticos que teria de se agir de acordo com as regras em vigor, tendo salientado que deveria haver uma pressão conjunta dos países da União, da Comissão e do Conselho e que deveria ser o povo a decidir que forma a Bósnia-Herzegovina deveria assumir. Concluindo que, quanto ao problema da atual Constituição da Bósnia-Herzegovina, referiu que não havia ligação entre a população e os seus representantes, sendo necessário reparar essa ligação.

- Uma resposta unida da UE à mudança democrática na Bielorrússia

David McAllister recordou, antes do início desta sessão, que o Parlamento Europeu concedeu o prémio Sakharov à oposição bielorrussa, estando presente na reunião a sua líder, Sviatlana Tsikhanouskaya. Salientou os princípios que orientavam a oposição bielorrussa, evidenciando que este tema era sensível para os Estados-Membros e para a União Europeia, apresentando os três oradores. Enrique Mora, Diretor de Assuntos Políticos do Serviço Europeu para a Ação Externa e Sviatlana Tsikhanouskaya, líder da Oposição da Bielorrússia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

Comissário Olivér Várhelyi, referiu que, tal como mencionado pela Presidente da Comissão, a UE estava do lado da oposição e do povo da Bielorrússia. Mencionou que a UE estava a seguir de perto a situação na Bielorrússia, tendo adotado sanções contra 55 indivíduos envolvidos nas eleições, nomeadamente, o presidente eleito, estando preparada para adotar novas medidas, se necessárias. Salientou que a UE apelou ao diálogo entre as entidades do governo e a sociedade civil, referindo ainda, que estaria a rever as relações com a Bielorrússia, salvaguardando sempre a segurança nuclear e o ambiente. Denotou que no quadro da Parceria Oriental, encontrava-se em preparação um pacote de medidas, como a transição digital e uma sociedade mais inclusiva, recorrendo ao apoio de todos os países integrantes desta Parceria. Referiu ainda que a UE estava pronta para entrar em conversações sobre uma futura parceria com a Bielorrússia, no âmbito da Parceria Oriental, assim que fosse respeitado o Estado de Direito bem como o respeito pelos direitos humanos pelas entidades bielorrussas.

Enrique Mora, Diretor de Assuntos Políticos do Serviço Europeu para a Ação Externa, referiu que acompanhava a luta corajosa da oposição para eleições livres, tendo a UE demonstrado solidariedade com a oposição democrática e apelando ao fim da crise política. Destacou que, infelizmente, o atual Presidente da Bielorrússia, Aleksandr Lukashenko, não respondeu ao apelo, tendo a tensão escalado no país. Mencionou ainda que não haver sinais de que Lukashenko abandonaria o cargo ou que seriam convocadas novas eleições livres. Evidenciou também que um novo pacote financeiro estava a ser preparado para ajudar o povo da Bielorrússia. Por fim, quanto aos direitos humanos, referiu que a UE estava atenta e pronta para aplicar as recomendações propostas pelas OSCE.

Sviatlana Tsikhanouskaya, líder da Oposição da Bielorrússia, agradeceu a posição do Parlamento Europeu sobre a Bielorrússia. Mencionou o protesto pacífico que durava há cem dias, apesar da repressão violenta das autoridades, dando nota de oito mortes. Salientou que o seu objetivo era a convocação de novas eleições livres o mais breve possível, pedindo ajuda aos países da União Europeia. Solicitou que a Presidência alemã do Conselho atuasse neste sentido e que Portugal, quando assumisse a Presidência do Conselho, continuasse esse trabalho. Referiu a possibilidade de cada Estado-Membro sancionar os elementos que cometeram crimes contra quem protesta, nomeadamente, impedindo a entrada nos seus países. Apelou a que o terceiro pacote



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

de sanções contra funcionários e empresários do Estado bielorusso fosse adotado pelo Conselho, aguardando uma resposta unida das instituições da UE sobre estas questões, pedindo que fosse preparado um plano para o futuro democrático da Bielorrússia, bem como para a futura relação com a UE. Concluiu referindo que se a UE não intervisse, seria mais difícil uma transição para democracia na Bielorrússia.

Na primeira ronda de debate que se seguiu, vários oradores referiram que seria necessário apoiar o povo da Bielorrússia, nomeadamente, através de sanções económicas, redução da cooperação com o governo da Bielorrússia bem como mais sanções sectoriais, que toda a polícia e autoridades de segurança bielorrussas deveriam estar na lista das sanções, devendo a UE envidar esforços junto das instituições internacionais para manter a pressão às autoridades da Bielorrússia (Andrius Kubilius – PE, Juozas Olekas – PE, Petras Austrevicius – PE, Antonio Gomez-Reino Varela – Espanha, Domagoj Hajdukovic – Croácia, Viola Von Cramon-Taubadel – PE, Anna Fotyga – PE, Žygimantas Pavilionis – Lituânia); um novo pacote de ajuda deveria ser lançado sendo que o diálogo devia imperar e ser respeitada a vontade do povo da Bielorrússia (Petras Austrevicius – PE, Domagoj Hajdukovic – Croácia, Thierry Mariani – PE); era importante realçar os direitos humanos e que todas as violações dos direitos humanos deviam ser registadas para serem punidas nos termos da Lei (Antonio Gomez-Reino Varela – Espanha, Viola Von Cramon-Taubadel – PE); a presença russa estava bem latente no país devendo a Rússia ser um parceiro da UE e que teria de participar no Acordo com a Bielorrússia (Anna Fotyga – PE, Andrea Orsini – Itália);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

Interveio neste debate a Senhora Deputada **Lara Martinho** referindo que o povo da Bielorrússia tinha o direito de determinar o seu futuro, sendo essencial que as autoridades bielorrussas pusessem fim à violência e promovessem o diálogo inclusivo, garantindo que o processo político fosse pacífico. Destacou que havia a preocupação na UE de que a Rússia pudesse ser tentada a intervir, dados os laços culturais e económicos existentes, sugerindo que a UE poderia minimizar este risco enfatizando que a sua preocupação era democracia e não uma mudança de direção geopolítica no país. Por fim, questionou como poderia a UE apoiar a vontade do povo bielorrusso na escolha livre do seu líder, mas garantindo que existiriam consequências económicas e políticas caso houvesse uma intervenção da Rússia.

Interveio, igualmente neste debate, o Senhor Deputado **António Cunha** realçando a dimensão dos protestos, destacando a participação intergeracional e o papel das mulheres na sua liderança. Enalteceu a atuação da líder da oposição, Sviatlana Tsikhanouskaia, pela adoção de um discurso coerente de liberdade e de esperança. Referiu que o desejo de mudança democrática do povo bielorrusso estava bem expresso nas manifestações pacíficas às quais as autoridades bielorrussas reagiram com violência desproporcionada, tendo congratulado a decisão da União Europeia na condenação destes atos de inaceitável violência. Destacou, ainda, o reconhecimento, pela UE, do movimento de protesto bielorrusso, que tinha por base a reivindicação geral e ampla democratização daquele país, enfatizando que o povo tinha o direito de gozar dos mesmos direitos fundamentais de democracia e liberdades que os demais cidadãos europeus.

Katarína Mathernová, Diretora-Geral Adjunta da DG Política de Vizinhança e Negociações de Alargamento, que substituiu o Comissário Olivér Várhelyi, em resposta às questões colocadas referiu que ouviu as posições dos deputados de que a UE não deveria apoiar o regime de Lukashenko, mencionando que, o que fizeram para além das



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

sanções já adotadas, foi recalibrar os apoios para que esses chegassem às pequenas e médias empresas e ao povo bielorrusso e garantir que não havia apoio ao regime, exceto na segurança nuclear e no ambiente. Realçou que já enviaram fundos para as vítimas da repressão e que os novos fundos estariam prontos em 2021. Em relação à central nuclear, mencionou que a UE estava a seguir todos os requisitos de segurança.

Sviatlana Tsikhanouskaya, agradeceu as posições demonstradas, realçando que precisavam de apoio para que o media independente e para as vítimas do regime. Relembrou que o seu movimento era pacífico e que o seu objetivo principal era a realização de novas eleições. Referiu que, atualmente, a pressão deveria ser de dentro e de fora da Bielorrússia, mencionando que iriam continuar com a luta e que o povo bielorrusso não iria parar, agradecendo de novo pelo apoio. De seguida, passou a palavra ao seu assessor que referiu o facto da Rússia estar a dar apoio ao Lukashenko e que era preciso que a Rússia não interviesse pois sem a Rússia, Lukashenko não aguentaria. Quanto às questões sobre como a EU poderia agir, referiu o uso das redes sociais para divulgar estas questões, sugeriu convidar a Sviatlana para falar e que deviam reportar o que se passava no país, nomeadamente, a repressão concretizada pelas autoridades. Referiu ainda o diálogo, realçando que era a única solução uma vez que só a conversação podia levar eleições livres à Bielorrússia.

Enrique Mora, em resposta às questões suscitadas, mencionou que, quanto aos Parlamentos nacionais, estavam a dar todo o apoio necessário; quanto aos direitos humanos, a UE estava a levantar estas questões em todos os fóruns internacionais e, por fim, sobre a Rússia, deixou claro que era necessário manter a soberania da Bielorrússia intata e que o apoio da Rússia a Lukashenko era essencial para este e que era necessário a Bielorrússia resolver os seus problemas por eles mesmos.

Na segunda ronda de debate que se seguiu, vários oradores referiram que as sanções eram desproporcionais, dada a repressão do regime de Lukashenko, devendo as mesmas ser alargadas (Sandra Kalnieter – PE; Johannes Schrapls – Alemanha); mais sanções não seria uma solução, devendo-se trabalhar num diálogo entre as partes, que os presos políticos teriam de ser libertados e concedidos vistos especiais para quem estivesse em perigo e garantir que todos os apoios chegassem às pessoas corretas e que era necessário mais apoio e coragem política para terminar a última ditadura na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

Europa (Vito Petrocelli – **Itália**; Johannes Schrap – **Alemanha**, Mark Demesmaeker – **Bélgica**); se a oposição estava pronta para tomar o poder questionando qual era a tática da oposição, caso a situação atual se mantivesse e o que se estava a passar na central nuclear (Enn Eesmaa – **Estónia**, Sergei Stanishev – **PE**); era preciso questionar publicamente a ação da Rússia na região e que fossem aplicadas as leis de branqueamento de capitais para criar mais pressão sobre a Rússia de modo a que retirasse o apoio ao regime de Lukashenko (Bernard Guetta – **PE**, Michael Gahler – **PE**); deveriam ser os bielorrussos a tomar as medidas sem ingerência de entidades estrangeiras (Vito Petrocelli – **Itália**, Kimmo Kiljunen – **Finlândia**); os direitos fundamentais dos cidadãos bielorrussos deveriam ser respeitados, que todas as instituições europeias, Estados membros e a Rússia deveriam, conjuntamente, encontrar uma solução (Vito Petrocelli – **Itália**).

Katarína Mathernová, em resposta às questões levantadas referiu que o apoio aprovado pela UE era para a sociedade civil bem como para os media independente, para os estudantes e para as vítimas da violência. Mencionou que estavam a usar os canais já existentes e que os apoios não estavam a passar pelo Governo do regime. Por fim, referiu que o caminho pela democratização devia continuar.

Em resposta às questões apresentadas, **Enrique Mora** referiu, em relação ao próximo Conselho, que teriam de avaliar bem os nomes das pessoas a incluir na listagem de sanções para cumprirem as normas legais, mencionando que iriam continuar a acompanhar o que se passava no país.

Sviatlana Tsikhanouskaya, respondeu, em relação à central nuclear, que era um sinal do quão perigoso era o Lukashenko. Quanto ao período de transição, estavam a pensar já no futuro, com planos a médio e a longo prazo, referindo já terem uma estrutura pronta para o período de transição e projetos de reformas da constituição. Relembrou que iriam precisar de apoio técnico para este período de transição. De seguida, o seu assessor tomou a palavra para esclarecer que foi lançado um documento com os crimes perpetrados pelo regime para que as pessoas pudessem denunciar os crimes, para no futuro serem julgados. Referiu que, quanto aos planos estratégicos da oposição, seriam os mesmos pois teria de haver novas eleições no país e o Lukashenko acabaria por ceder. Referiu que era preciso pensar no período de transição, mas também, no



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Europeus

imediatamente, para lidar com a pandemia e com a crise económica. Quanto às sanções, referiu que eram importantes e que podiam ser sanções em tarifas e outras que afetassem o regime de modo a alcançar eleições livres e democráticas.

O Presidente **David McAllister** encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos e desejou que a próxima reunião interparlamentar pudesse já ser presencial.

Assembleia da República, 06 de outubro de 2021.

A Delegação da Assembleia da República,

(Lara Martinho)

(António Cunha)
